

Nota da Redacção — O artigo *In Memoriam* de Vieira de Almeida, de M. S. Lourenço, publicado no n.º 8 de *O TEMPO E O MODO* (pp. 20-32) originou uma carta do Ex.º Senhor Dr. José Pecegueiro, pedindo-nos a publicação do artigo que segue. Ao Dr. José Pecegueiro apresentámos já o nosso agradecimento pelo interesse que manifesta por *O TEMPO E O MODO*, cumprindo-nos todavia reafirmar que — e independentemente do que na contra-resposta expõe o nosso colaborador M. S. Lourenço — foi intenção da Revista, com o artigo acima citado, homenagear a memória desse grande pensador que foi Vieira de Almeida e que, para o fazer, julgamos M. S. Lourenço altamente qualificado.

Creemos ainda que as mesmas razões de homenagem justificam o relevo que damos a esta polémica, que, pensamos, dissipará quaisquer equívocos que acaso tenham sido suscitados pela leitura do artigo do nosso número de Setembro, e a que, nem a Redacção, nem M. S. Lourenço, se quiseram de forma alguma prestar.

IN MEMORIAM DE VIEIRA DE ALMEIDA

NO n.º 8 de *O TEMPO E O MODO* publicou M. S. Lourenço um extenso artigo a que pôs título *In memoriam* de Vieira de Almeida. Na antologia da mesma Revista, a Redacção achou por bem tomar a digníssima atitude de incluir «um fragmento duma das obras mais penetrantemente lúcidas de Vieira de Almeida: *Paradoxos Sociológicos*».

A análise que M. S. Lourenço faz é vasto repositório de incongruências; mas, o fragmento de *Paradoxos Sociológicos* bastaria para demonstrar ao leitor menos lido na obra de Vieira de Almeida que se trata de um dos mais extraordinários pensadores portugueses da actualidade — esta nossa tão pobre actualidade que se dá ao luxo de criticar o que não entende, quando a condição primeira para ser lícito criticar é, antes de mais, compreender: esforço que já de si exige não pouca capacidade analítica.

Um mestre de crítica — crítica em profundidade — António Sérgio, escreveu algures que a atitude que de início convém ao aprendiz de filósofo é a singela façanha de compreender. Quando se trata de pensadores

de fôlego — e Vieira de Almeida era caso quase ímpar no panorama intelectual português — a primeira condição é assimilar o que o pensador exprimiu, partindo da modesta atitude de que os aparentes ilogismos que nele nos pareça descortinar occultam pensamento mais fino, mais meandroso, mais profundamente analítico; porque, em suma, «nada há de tamanha rápia como o tom com que julga refutar um Mestre um pedaço-de-asno que o não entende» (A. Sérgio).

Ora, porque creio que o autor do artigo está acima daqueles que se encontram naquela caricata situação, — farei objectivamente algumas considerações que se me afiguram úteis, sobretudo aos leitores de O TEMPO E O MODO.

1. — M. S. Lourenço analisa o livro de Vieira de Almeida Aspectos de Filosofia da Linguagem. Começa por afirmar: «Os Aspectos da Filosofia da Linguagem datam de 1959 e nesse livro se tratam alguns problemas lógicos e filosóficos que o tema implica».

Mas, já de início teremos de fazer uma observação prévia: o livro que Vieira de Almeida escreveu intitula-se Aspectos de Filosofia da Linguagem e não Aspectos da Filosofia da Linguagem. Se M. S. Lourenço não vê a diferença, a diferença é realmente capital. De qualquer forma, porém, deve ser-se escrupuloso nas citações, mesmo que não se entenda o que se cita, ou até quando se considera erro aquilo que se cita; para tal fim é que se usa a conhecida fórmula — sic.

Depois de considerar que toda a exposição de Vieira de Almeida «é ou está cativa das posições lógicas e filosóficas já reveladas noutros lugares e que tem equivalente europeu no chamado positivismo lógico», M. S. Lourenço informa que em carta pessoal Vieira de Almeida o esclareceu de que não era essa exactamente a sua posição filosófica; todavia, M. S. Lourenço teima e reafirma que, «fora dos quadros do neo-positivismo, não há qualquer analogia da posição de Vieira de Almeida com as correntes dominantes do nosso tempo».

Eis aí nova incorrecção; desta vez mais grave porque prejudicial da boa informação dos leitores. Pois bem: a posição de Vieira de Almeida não é (como ele claramente o demonstrou em toda a sua obra e parece que particularmente em carta a M. S. Lourenço) neo-positivista. Mas para compreender isso releva que se saiba o que é neo-positivismo; releva compreender que há várias espécies de neo-positivismo, desde o de Moritz Schlick e Hans Hahn ao de Philipp Frank e Reichenbach; e sobretudo releva conhecer toda a obra de Vieira de Almeida, especialmente Introdução à Filosofia, Filosofia da Arte e Pontos de Referência. Trata-se, é certo, de algumas das obras «menos acessíveis» do autor; mas há que conhecê-las e compreendê-las para não dizer barbaridades. Conhecidas

essas obras, *ver-se-á que Vieira de Almeida não era realmente neo-positivista (o que de resto não seria crime...), antes sim pensador de orientação idealista, não à maneira tradicional (?), mas à maneira do idealismo post-kanteano, a que genéricamente poderia chamar-se idealismo crítico ou idealismo epistemológico.*

É assim evidente que teimar só por teimar... é muito feio. E se os leitores quiserem um exemplo dessa espécie de idealismo — radicalmente incompatível com as teses fundamentais do realismo neo-positivista — ele aqui fica, extraído da pág. 37 de Filosofia da Arte:

«Se a experiência é acordo (ou desacordo) entre ideias — nem pode ser outra coisa —; se, por mais fina que seja a estrutura em que procuramos dar conta da aparência, quando chegamos ao limite, ou ao que no momento pode chamar-se limite, nunca encontramos um facto (o que nem teria sentido algum) mas inevitavelmente surpreendemos uma ideia; se essas ideias limites, chave de inteligibilidade, já no antigo pensamento se chamavam átomos em Demócrito, números em Pitágoras, ideias em Platão, e seria possível, na ramificação actual da ciência, encontrar-lhes equivalentes; a razão derradeira e permanente é que não só a própria realidade sensorial, como há muito tempo se sabe, não é «dado puro» (que é conceito errado) mas a realidade no sentido geral se obtém por uma estrutura ideal. (...) Creio que não pode ser outro o sentido do Génesis, relâmpago de intuição e testemunho da dificuldade: «no princípio era o verbo». Se remontarmos a qualquer princípio, mesmo relativo, limitado, no começo está sempre um logos e nunca podemos encontrar outra coisa».

E algumas páginas atrás, na mesma obra, afirmava: «a realidade é constituída sempre pelo acto mental de interpretação coerente. Realidade e pensamento coerente são expressões sinónimas» (pag. 24).

O que está em discussão não é o idealismo crítico de Vieira de Almeida — isso é problema demasiado complexo para o curto espaço de que dispomos e talvez para a paciência de grande número de leitores; os passos transcritos são de uma densidade especulativa tal que a explicitação do seu contendo poderia encher todo um grosso volume; mas o que fica demonstrado é o abuso de sem mais considerar neo-positivista a posição de Vieira de Almeida — ao menos para quem saiba o que o neo-positivismo é e conheça a crítica que de ele fez o próprio Vieira de Almeida.

2. — *Afirma M. S. Lourenço que a págs. 9 de Aspectos de Filosofia da Linguagem se encontra uma proposição que se deve explicitar fazendo algumas substituições. A proposição citada pelo crítico é, em parte, paráfrase de uma outra citação feita pelo próprio Vieira de Almeida. Repro-*

duz-se o que Vieira de Almeida escreve: «Já dizia aquele piloto português da grande época dos Descobrimentos: — «a Terra pelo seu grande pesume está imóvel no centro do mundo». A Língua, como a Terra, não está imóvel pelo seu grande «pesume»; gravita em volta do pensamento e da vida, que também não são imóveis».

Desgarrada do contexto, a frase citada pelo crítico — que não transcreveu o que dizia o piloto — podia induzir o leitor desprevenido na ideia de que Vieira de Almeida, com ser um tanto parolo na linguagem (como parecia denotar o emprego do populismo arcaico «pesume») nada afirmava de real interesse sobre o problema da ilegitimidade do línguo-centrismo. Aqui importa frisar que, com as considerações que fez, o crítico patenteia que não entendeu a questão tratada por Vieira de Almeida. Ora, Vieira de Almeida deduz, documenta, exemplifica, esclarece. E gasta em tudo isso quatro densas páginas, para as quais remeto o leitor que de facto esteja interessado em aprender.

Por uma questão de rigor lógico e portanto gramatical, M. S. Lourenço, interpretando Vieira de Almeida, não deveria ter escrito mais à frente: «Por imobilidade (sic) da língua ou da linguagem pretende-se exprimir aquilo a que se chama noutros lugares o seu carácter não absoluto, mutável, variante». Porque Vieira de Almeida não comete realmente essa lamentável distração de confundir o imóvel com o mutável, desconhecendo portanto, pelo menos, o valor dos prefixos; a distração comete-a o crítico... Entende-se o que diz, mas não diz o que se entende. Além de que, imóvel é antônimamente simétrico de móvel e imutável de mutável; sem falar de que não absoluto não é sinónimo de mutável, variante. Ou tratar-se-á de subtilzas de lógicos e de filósofos?...

3. — *Referindo-se às considerações de Vieira de Almeida sobre a Retórica, afirma M. S. Lourenço: «São tratadas seguidamente as relações entre a Lógica tradicional e a Retórica. Ambas pretendem a normatização, aquela do pensamento esta do discurso falado ou escrito. E são bem fundamentadas e elegantemente expostas as razões que tornam ridículas as ambiciosas tentativas da Retórica. Mas o paralelo não deixa de se prestar a algumas reflexões. Porque até que ponto é que são idênticas as pretensões da Lógica e da Retórica? Ou mais exactamente ainda, quando e como a lógica de Aristóteles pretendeu a normatização do pensamento? O que não se vê em suficiente clareza é a intensão normativa do Organon». E mais à frente: «a lógica do Organon ao estudar as formas válidas de silogismo não pretende qualquer espécie de arregimentação do pensamento».*

Existem nestes dois parágrafos de M. S. Lourenço grande número

de equívocos e sobretudo manifesto desconhecimento da obra de Vieira de Almeida. Demonstre-se porquê:

a) Não trata o referido capítulo das «relações entre a Lógica tradicional e a Retórica»; analisa sim o ilogismo de muitas regras da Retórica tradicional — o que é diferente. Se estabelece correlações, elas são entre Retórica e Gramática tradicionais, porque, como o próprio Vieira de Almeida afirma: «A Retórica era a normatividade estética da linguagem, como a gramática, por ilusão simétrica, a sua normatividade lógica».

b) Supor — como supõe M. S. Lourenço — que Vieira de Almeida considera a lógica de Aristóteles essencialmente normativa é, de novo, ignorar a obra de Vieira de Almeida — onde clara, inequívoca e expressamente se diz e explica o contrário. Abra-se, por exemplo, o capítulo sobre Lógica de Introdução à Filosofia a págs. 107. Depois de referir que no século XVI, Petrus Ramus combate a lógica de Aristóteles com o argumento fundamental de que por ela era impossível chegar a qualquer resultado útil; depois de referir Montaigne que desdenhava da lógica das escolas, pela mesma razão de inutilidade; depois de mostrar como Bacon pretende, ainda por idênticos motivos, substituir a mesma lógica de Aristóteles, outrotanto acontecendo com Descartes e Verney, que todos fêrem a mesma nota da inutilidade, — Vieira de Almeida conclui: «A acusação era verdadeira, mas o fim atribuído à Lógica era falso. Quase todos a tinham entendido como arte de pensar, e isto tanto os defensores e sequazes de Aristóteles como os adversários. Assim Bacon, adversário agressivo de Aristóteles, mantém a concepção da «arte de pensar», agravando-a na pluralidade de aspectos em que a subdivide (...). Mas o mais curioso é que Aristóteles, contra quem se dirige a obra de Bacon, e na Lógica em particular, pela convicção da inutilidade do que nela se ensinava, não construiu o Organon como arte de pensar. Ninguém melhor do que Aristóteles sabia dos filósofos anteriores que não tinham precisado da sua obra para pensar e para lhe dar trabalho a refutar. É certo que inclua no conjunto da obra questões de carácter prático como a que se ocupa dos argumentos sofisticos; mas a maior parte da obra é teórica e é essencialmente analítica. (...) É certo que ulteriormente a necessidade, real ou imaginária, da didáctica levou à sistematização compendiária e pedagógica, e que essa tentativa na maior parte dos casos, adulterou a obra, conservando-lhe aparentemente a estrutura; a tal ponto, que se inventaram regras mnemónicas para raciocinar em forma! Perante uma desnaturação espantosa, como esta, do verdadeiro pensamento aristotélico, era inevitável que ou Aristóteles havia de ser responsabilizado,

embora sem culpa, ou os pretendidos discípulos haviam de sê-lo duplamente: por infidelidade ao mestre e por inutilidade completa da tentativa».

c) *M. S. Lourenço estava sem dúvida desatento, até quando leu Aspectos de Filosofia da Linguagem... Porque não era preciso cansar-se muito nem sequer debruçar-se longamente sobre outras obras de menor acessibilidade; bastava ter folheado, com autêntico espírito crítico, sete páginas à frente; e poderia ter lido:*

«Vê-se que Verney pensa da Retórica à maneira do que pensava da Lógica um clássico seiscentista — que ela «apura e adelgaça qualquer engenho meão» —. É que se um deles, como tantos outros, considerava a Lógica «arte de pensar», o outro, de acordo com a noção tradicional, considerava a Retórica «arte de persuadir»; dava-se-lhes por este modo a uma e outra carácter normativo, inadmissível em ambos os casos» (*Aspectos de Filosofia da Linguagem*, pág. 15).

4. — *Considerações várias que suscitarium outras tantas objecções, se houvesse tempo e espaço para as fazer, levam o crítico de Vieira de Almeida a prosseguir neste tom: «O impulso de desnortativização altera a clareza da análise da pág. 47 onde se diz: «Se a reacção é provocada por exemplo por um sentimento de dor ou de medo, como exigir ou esperar sequer que alguém grite em qualquer dos casos de acordo com a gramática?»».*

M. S. Lourenço comenta, então, irònicamente: «E o que é gritar sem gramática? Pergunta paralela da primeira que atesta bem o seu carácter arbitrário. Gritar com gramática ou sem gramática é uma expressão sem qualquer sentido».

Mas vejamos ainda o que mais à frente declara o crítico: «Poderei estar a dar a impressão de que sou um defensor intransigente da gramática e da regulação da linguagem pela gramática das gramáticas. Não é disso que se trata mas de pôr a claro a inadequação da expressão «gritar sem gramática», sobretudo quando a essa expressão é atribuído um certo valor normativo. Estamos portanto diante dum uso indevido da expressão gritar com, aliás típico de metáforas semelhantes mas às quais não é atribuído valor explicativo. Gritar com tem uma lógica particular: gritar com dor, ansiedade, tristeza, violência, energia, entusiasmo, exaltação; ainda gritar com frequência, raramente, poucas vezes. Gritar com pede substantivo ou advérbio que explicitam a acção».

E termina risonhamente:

«Gritar com gramática é tão absurdo como correr com os olhos, comer com as cadeiras ou nadar com as enteléguias».

Fica-se a pensar, depois da leitura de dislates desta natureza, se na verdade o crítico teria intenção de escrever um In Memoriam ou pelo contrário desforrar-se de qualquer secreta antipatia intelectual, quem sabe se dos velhos tempos da Faculdade. Porque os ilogismos e absurdos atribuídos a Vieira de Almeida são pura invenção de M. S. Lourenço. Vejamos porquê:

a) Importa previamente observar que Vieira de Almeida não escreveu o que o crítico reproduziu; escreveu assim: «...como exigir ou sequer esperar que alguém grite em qualquer dos casos, de acordo... com a gramática». Entre as palavras «acordo» e «com» pontuou reticências. É importante o pormenor, pelo menos no que ao aspecto intencional se refere.

b) Vieira de Almeida não disse «gritar com gramática»; muito menos falou de «gritar sem gramática». Expressões desta natureza escreveu-as M. S. Lourenço, mas seriam impróprias de Vieira de Almeida — um dos homens que melhor escreveram em português nos últimos cinquenta anos; até nisso podia dar lições aos gramáticos, muito ciosos da regra, muito ignorantes da lógica e sobretudo muito faltos de ouvido musical. O penduricalho do artigo indefinido é quase sempre inútil recurso linguístico de que a maior parte dos gramáticos portugueses não sabe libertar-se; isto para referir apenas um exemplo de que se poderia colher larga cópia...

Em português «gritar de acordo... com a gramática» é expressão completamente diferente de «gritar com gramática». Gritar de acordo com a gramática significa gritar segundo o esquema gramatical da classificação das interjeições; gritar de tal forma que, no caso, a interjeição ou interjeições que na gramática se classificam como de dor sejam proferidas. Inequivocamente, foi isto o que Vieira de Almeida escreveu. Todas as considerações feitas pelo crítico são portanto desapropriadas, deselegantes e de lamentável mau gosto.

5. — Mas, M. S. Lourenço estava manifestamente infeliz no dia em que se lembrou de homenagear o seu mestre universitário. Claro que o mestre não estimaria de nenhuma forma «uma apreciação encomiástica» da sua obra; era, por natureza, alérgico ao elogio mútuo; claro que estimaria uma apreciação «crítica, vivamente crítica»; mas apreciação crítica não é o mesmo que apreciação deturpadora, ainda que a intenção seja a melhor possível. É realmente muito difícil fazer aquilo que Vieira de Almeida também fazia com mão de mestre: «obra de análise, não de apologia, combate ou prédica».

Como estava, porém, manifestamente infeliz, M. S. Lourenço prossegue neste ar:

«Não parece igualmente conclusiva a análise feita a pág. 55 da expressão «essa obra tem tido larga venda» onde se pretende ver um desaparecimento do sujeito gramatical».

Vieira de Almeida escrevera:

«Em qualquer dos casos o sujeito gramatical não é o centro de interesse do pensamento; é apenas o domínio a que o interesse se refere».

M. S. Lourenço comenta:

«Mais uma vez estamos diante de palavras e não de noções porque a diferença entre «centro de interesse» e «domínio a que o interesse se refere» é nula. As diferenças são puramente vocabulares e diria mesmo estilísticas».

a) Não é necessária grande perspicácia para entender a justeza e importância da distinção feita por Vieira de Almeida. Aquelas expressões — ao contrário do que negligentemente decreta o crítico — são, com efeito, de sentido muito diferente. Mas, porque o poder de abstracção da maioria das pessoas não vai muito longe, aludirei outro exemplo, para mostrar a diferença:

Na proposição «vendem-se livros» o sujeito gramatical é livros. Ora, como se define sujeito gramatical? Resposta: palavra ou expressão a que se refere a afirmação. Isto é, o sujeito é o termo que exprime a ideia sobre a qual alguma coisa se afirma. Melhor: sujeito é o termo que exprime aquilo sobre que interessa formular o juízo; em suma: o domínio a que interessa referir o juízo. No exemplo citado, essa ideia (= domínio lógico) é expressa pelo termo livros, sujeito gramatical da proposição.

Compreende-se entretanto com diáfana clareza que o que interessa a quem exprimiu o juízo ou pensamento não são os livros propriamente ditos (que provavelmente não teriam, em si mesmos, para o vendedor interesse de espécie nenhuma), mas antes a intenção de dar a conhecer o interesse de vendê-los. Há portanto que distinguir dum lado «o domínio a que o interesse se refere» — e que é expresso pelo termo livros; e por outro, o «centro de interesse do pensamento» da pessoa que assim se exprimiu — o desejo de realizar a sua venda.

Vieira de Almeida é admirável de precisão. E porque o seu pensamento ficou desgraçadamente truncado pela falta de sentido crítico do crítico, vale a pena reproduzir aqui na íntegra essa lucidíssima página:

«O «sujeito», quase sempre presente no pensamento e com pequena diferença (para menos) na linguagem, não tem interesse maior no juízo onde a relação importa e ele apenas delimita o campo da observação. Em uma frase como — Essa obra tem tido larga venda — a intenção de quem fala pode ser a de afirmar o valor da obra pelo índice da sua expansão, o que não tem valor lógico de consequência, embora a frase

tenha sentido claro; pode ser a de informar do lucro do autor, o que suposto qualquer conhecimento colateral omisso — o do contrato, por exemplo — torna a afirmação significativa para o ouvinte; pode ser uma estranheza irónica ou sincera — pelo inesperado do facto. Todas estas intenções possíveis, marcadas na linguagem oral por movimento, intonação, e ambiente do conjunto, são atitudes, e condicionam modalmente a expressão vocabular; mas em qualquer caso, (índice, prova, ou surpresa) o «sujeito» gramatical não é o centro de interesse do pensamento; é apenas o domínio a que o interesse se refere».

6. — *A parte final do artigo de M. S. Lourenço, contida na alínea iii) denuncia com relevância inequívoca a raiz dos dislates que neste desafortunado In Memoriam se encontram. M. S. Lourenço evidencia desconhecimento do significado e valor da lógica moderna, sobretudo depois de Boole, espontânea tendência para fazer confusões e atribuí-las a outrem, manifesto preconceito em relação à filosofia. Longo se tornaria demonstrar o que fica dito; não faltarão contudo ocasiões para o poder vir a fazer, se necessário; mas serão suficientes por agora dois ou três exemplos para pôr os pontos nos iii. Destacaremos estas afirmações de M. S. Lourenço, pedindo que nos seja perdoado o destacá-las do contexto, onde no entanto não adquiriam sentido notoriamente diferente:*

- «Não é a linguagem que é fonte de muitos erros. É antes a Filosofia que promove e desencadeia os erros a que Berkeley se refere».
- «A linguagem não está certa nem está errada, não contém verdades, falsidades, proposições de veracidade contestável, etc.».
- «Tal como o capitão não diz que é o mar a origem dos seus erros de navegação, não há que imputar à linguagem os erros dos filósofos. São antes os filósofos, ignorando a lógica da linguagem, saltando por cima dela ou esquecendo-a pura e simplesmente, os autores dos erros berkeleyanos».
- «O problema só recebe uma resposta satisfatória em termos que são necessariamente não filosóficos».

Chegados aqui, torna-se impossível, de facto, demonstrar a insensatez destas e doutras afirmações semelhantes, de que o artigo está repleto nas últimas páginas. Para o fazer tornar-se-ia necessário começar pelo princípio, isto é, explicar noções de lógica elementar, fazer a análise dos fundamentos das estruturas gramaticais, e sobretudo mostrar que reflexão filosófica autêntica (coisa diferente de a Filosofia) é actividade problemática muito mais complexa e séria do que aquela meia dúzia de noções vagas que psitacisticamente aprende a maioria dos alunos do ter-

ceiro ciclo dos liceus — que depois transitam para as Faculdades, adquirem diplomas universitários e, ao fim e ao cabo, nunca conseguem ir muito além do nível do senso comum.

A autêntica cultura filosófica deve adquirir-se no contacto espiritual com os seus lídimos representantes e não nos compêndios liceais ou nas sebetas das Faculdades — muita vez parece propositadamente feitas para criar a ideia da inutilidade da disciplina, melhor dizendo, da sua completa manidade problemática. A autêntica cultura filosófica só se pode adquirir, lenta e persistentemente, meditando a obra dos grandes mestres, aprendendo com eles a virtude do espírito crítico que não é sinónimo de espírito de crítica; sobretudo aprendendo a ultrapassá-los nas suas necessárias limitações históricas, com eles nos libertando da desgraçada situação de homens da Caverna. Sobretudo também, com eles nos libertando dum preconceito infantil muito generalizado: o da oposição entre ciência e filosofia. Vale a pena, por último, invocar algumas autoridades insuspeitas:

No Boletim da Academia Internacional de Filosofia das Ciências, em comunicação denominada «A Representação Inteligível e o Real», explica J. Daujat porque razão se justificam cada vez mais hoje em dia os congressos de filosofia das ciências: é que os sábios compreendem que «nas suas próprias ciências encontram constantemente a filosofia».

Luís de Broglie, prémio Nobel da Física, no artigo O Futuro da Física emprega estas palavras para se referir ao mesmo problema: «Há para os sábios e, em particular, para os teóricos, certo perigo em quererem ignorar o esforço dos filósofos e principalmente o seu trabalho de crítica. (...) Um dos grandes serviços prestados ao pensamento contemporâneo pela evolução da Física é (...) ter conseguido chamar a atenção para certos problemas filosóficos tradicionais, vistos agora sob aspectos inteiramente novos. Assim se preparou uma aproximação entre a ciência e a filosofia».

Bertrand Russell, em Problemas da Filosofia, com a autoridade que lhe dá o facto de ser um dos maiores cientistas do nosso tempo e um dos homens que mais tem lutado pela vitória da inteligência na dramática época que atravessamos, afirma: «Além desse dom de nos abrir perspectivas de insuspeitadas possibilidades, tem a filosofia ademais o mérito — o qual é talvez o seu maior mérito — da grandeza dos objectos a que se consagra e da libertação do nosso espírito em relação aos escapes individuais e estreitos, que resulta da contemplação de tais objectos».

Leopoldo Infeld, que escreveu com Alberto Einstein um maravilhoso livro de divulgação dos problemas da física contemporânea, dedicou toda uma obra ao estudo da personalidade do maior sábio do nosso tempo. O capítulo final intitula-se: Einstein, o homem e o filósofo. São dele estas

palavras: «Einstein é considerado não só um grande físico mas também um filósofo famoso».

Não se pode, portanto, impunemente desdenhar da filosofia, porque dela não desdenham os maiores espíritos do nosso tempo.

O que se pode é confundir, lamentavelmente, filosofia com metafísica. E foi o que fez M. S. Lourenço nas frases que atrás reproduzimos. Até nesse ponto poderia ter aprendido com Vieira de Almeida. E se o leitor quiser saber onde, remetemo-lo para o capítulo Metafísica da obra Introdução à Filosofia. Aí, Vieira de Almeida distingue com máxima clareza duas espécies de metafísica: a metafísica sistemática e ontológica e a metafísica como reflexão, como especulação, como actividade crítica. Reproduziremos uma pequena passagem, duplamente elucidativa:

«Quanto à metafísica, o que implícita e explicitamente faz o positivismo é considerá-la fase histórica do conhecimento, ultrapassada e inútil desde que se entre em fase verdadeiramente científica. Certo que erra o positivismo na forma absoluta que deu à condenação, e mais ainda na convicção ingénua de que pusera de parte qualquer forma de metafísica na ciência; e ainda em que chegara, ele próprio, à fase definitiva do saber científico, podendo somente haver depois acréscimo e não mudança qualitativa. Mas na consequência implícita de que não há metafísica científica ou que a metafísica não é ciência, não só não erra o positivismo, como a sua posição é, por esse lado, cada vez menos atacável» (pág. 147).



Vieira de Almeida não precisava da defesa que se acaba de lhe fazer. A sua obra aí está à espera dos amigos da autêntica cultura — que hão-de ser filósofos por definição —, e que com ele queiram aprender a disciplina da inteligência, o verdadeiro amor da clareza, a arte de exercer realmente o espírito crítico — que é acima de tudo incansável luta contra o obscurantismo e profundo sentido da complexidade dos problemas.

Vieira de Almeida não precisava desta defesa. Suficientemente generoso para se calar e sorrir, se o criticassem sem razão, receava ferir susceptibilidades. De resto, ao pé dele as pessoas sentiam-lhe irresistivelmente a superioridade, e calavam-se para terem o prazer de o ouvir. Ao pé dele, sentia-se como que uma espécie de encantamento, só igualável ao enlevo que nos é dado usufruir nos maravilhosos momentos em que temos a felicidade de ser objecto da espontânea bondade das crianças.

Era de facto um homem de extraordinária simpatia humana.